



O CONCEITO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA E SEUS USOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA

Rejane Carolina Hoeveler¹

Resumo

Christinne Buci-Glucksman, em seu clássico estudo de 1975, *Gramsci e o Estado*, mostra como é precisamente no *Primo Quaderni* que apareceria pela primeira vez o conceito de aparelho de hegemonia, utilizado basicamente para se referir à “constituição da classe”. Como é relativamente bem conhecido na literatura especializada, Antonio Gramsci, até 1926 (inclusive em *A questão meridional*) utilizou o conceito de hegemonia para designar uma estratégia revolucionária do proletariado (“hegemonia do proletariado”); e somente no *Caderno I* passa a referir-se à hegemonia como forma de dominação das classes dominantes, sobretudo. Por sua vez, Gianni Francioni (1984) e outros intérpretes mapeiam as metamorfoses deste conceito nos *Cadernos do Cárcere*. O propósito deste artigo é retomar os sentidos originais deste conceito em Gramsci de modo a entender a expansão de aparelhos de hegemonia de caráter privado no mundo capitalista contemporâneo, especialmente como este conceito pode ser útil para a pesquisa histórica.

Palavras-chave: Aparelho privado de hegemonia, hegemonia, Antonio Gramsci.

Abstract

¹ Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-graduação da UFF, bolsista CNPq. E-mail: rejanecarol@gmail.com.

Christinne Buci-Glucksmann, in her classic 1975 study, *Gramsci and the State*, shows how it is precisely in *Primo Quaderni* that the concept of the hegemony apparatus, first used to refer to the "constitution of the class", would first appear. As is relatively well known in the specialized literature, Antonio Gramsci until 1926 (including *The Southern Question*) used the concept of hegemony to designate a revolutionary strategy of the proletariat ("hegemony of the proletariat"); and only in Notebook I hegemony is referred to as a form of domination of the ruling classes, above all. In turn, Gianni Francioni (1984) and other interpreters map the metamorphoses of this concept in the Prison Notebooks. The purpose of this paper is to take back the original meanings of this concept in Gramsci in order to understand the expansion of private hegemony apparatus in the contemporary capitalist world, especially how it can be used for historical research.

Keywords: Private Apparatuses of Hegemony, Hegemony, Antonio Gramsci.

Introdução

O conceito de aparelho hegemônico ou aparelho privado de hegemonia parece hoje ser um dos mais fecundos conceitos gramscianos como instrumento heurístico para investigação histórica. A atuação de diversos tipos de entidades, associações e instituições, ligadas seja aos dominantes seja aos subalternos, é cada vez mais objeto de investigação por pesquisadores nas ciências sociais brasileiras, em especial historiadores, que se utilizam do arcabouço teórico marxista e gramsciano. Nem sempre, no entanto, é realizada uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o conceito.

No Brasil são incontornáveis os trabalhos das historiadoras Virgínia Fontes (2010) e Sônia Regina de Mendonça (2014), e do cientista político Alvaro Bianchi (2008), sendo todos também orientadores de diversas pesquisas que se utilizam do conceito de aparelho privado de hegemonia (APH). O objetivo deste artigo é, partindo das contribuições desses autores e de outros importantes intérpretes de Gramsci, como Christinne Buci-Glucksmann (1975), Gianni Francioni (1984), Guido Liguori (2007) e Peter Thomas (2009), avançar na reflexão teórica sobre o que significam os APHs e desenvolver alguns apontamentos metodológicos que podem ser úteis para pesquisadores que utilizam este conceito.

O aparato egemonico na lavra gramsciana

De acordo com o verbete “*Hegemonic Apparatus*” do Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo (DHCM), escrito por S. Bollinger e J. Koivisto, *apparatus*, em latim, significa formulação, preparação, decoração, equipamento litúrgico ou simplesmente “equipamento” (HAUG *et al.*, 2009). Ao longo do século XVIII, o sentido germânico do termo foi ampliado para a totalidade das pessoas e arranjos necessários para o cumprimento de alguma tarefa, mas era mais correntemente usado para designar “equipamento”, de onde surge a tendência a interpretar “aparato” ou “aparelho” no sentido de “máquina”, subestimando a dimensão ativa, sensorial, do termo (cf. HAUG *et al.*, 2009, p. 301).

Gramsci utiliza o termo *apparato* – cuja tradução corrente em língua portuguesa é “aparelho” – já desde seus escritos pré-carcerários, para se referir a diversas coisas, como “aparelho econômico”, “aparelho político”, “aparelho sindical”, “aparelho nacional de produção”, ou “aparelho militar-burocrático” (DHCM: 2009, p. 301).

Consultando o verbete “*apparato egemonico*”, escrito por Guido Liguori no *Dizionario Gramsci*, vemos que desde as primeiras notas dos *Quaderni del Carcere* em que usa o termo “hegemonia”, Gramsci faz referência ao termo “aparelho hegemônico” (cf. LIGUORI & VOZA, 2009, p. 44-5). Segundo Liguori, trata-se de uma expressão não muito frequentemente usada nos cadernos, mas presente em vários deles, como nos *Cadernos* 1,6,7, 10 e 13, escritos em datas diversas, incluindo dois de segunda escrita (CC 10, parte II, § 12 e CC 13, § 37²). No caso do *Caderno* 10, o termo não aparecia no respectivo texto A (CC 4, § 38). As notas presentes nos cadernos carcerários de Gramsci são classificados em A, B e C de acordo com o critério de se foi reescrito ou não³.

Gramsci começa a elaborar seu conceito de hegemonia, novo em relação àquele utilizado nos escritos pré-carcerários, no final do *Caderno* 1 (1929-1930), especialmente no § 44. Nesse mesmo *Primo Quaderni*, no § 47, intitulado *Hegel e l'associazionismo*, começa a tomar forma um novo conceito de Estado.

² A citação dos *Cadernos do Cárcere* segue o padrão dos estudos internacionais, onde CC indica os *Cadernos do Cárcere* edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho em 6 vols., seguidos do parágrafo, do volume e da página de referência, a obra está registrada na bibliografia final em GRAMSCI, 2007.

³ As notas A são de primeira escrita, retomados em textos C; e as notas B são de escrita única.

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: **o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.** Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia) (CC1, § 47, v. 3, p. 119, grifos nossos).

No § 48 do mesmo *Caderno 1*, Gramsci trabalha sobre o conceito de hegemonia a partir da história política francesa, dando-lhe uma versão fundamental, que ganharia uma reescritura na famosa passagem do conhecido § 37 do *Caderno 13* – um texto C, datado de 1932-1934:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos **chamados órgãos da opinião pública** — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (CC 13, §37, v. 3, p. 95. Grifo nosso).

Algumas linhas abaixo desse trecho, aparece novamente a expressão “aparelho hegemônico”: “no período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório” (CC 13, §37, v. 3, p. 95).

Segundo Liguori, o aparelho hegemônico aparece agora como um elemento essencial para o exercício da hegemonia: sua quebra corresponde à crise do último. O conceito de aparelho de hegemonia é um elo entre o conceito de hegemonia e a noção, ainda em formação àquela altura dos escritos de Gramsci, de “Estado integral”, oferecendo uma base material para o conceito gramsciano de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal (cf. LIGUORI & VOZA, 2009, p. 45). O termo “aparelho hegemônico” aparece no *Caderno 1*, no §48, relacionado à opinião pública, mas não a uma vaga e volátil “batalha das ideias”, e sim a uma *estrutura* precisa⁴.

A partir do *Caderno 6*, a ideia de “aparelho hegemônico” é coligada à articulação estatal propriamente dita.

4 Em alguns momentos Gramsci fala de uma “estrutura ideológica” para indicar tudo o que forma a “opinião pública” (LIGUORI & VOZA, 2009: 45).

Organização das sociedades nacionais. Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e **partido num sentido amplo, e não formal**. Nesta multiplicidade de **sociedades particulares, de caráter duplo** — natural e contratual ou voluntário —, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), **base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo** (CC 6, §136, v. 3, p. 253, grifos nossos).

O aparelho hegemônico é entendido, assim, como uma sociedade particular (formalmente privada), que se torna o correspondente do aparelho governativo-coercitivo. Força e consenso, as duas metades indissociáveis da dominação, as duas metades do Centauro maquiaveliano, ambas desenvolvem seus respectivos “aparelhos”. O Estado integral é, já, unidade-distinção da sociedade civil e Estado “tradicionalmente entendido”, ou Estado *stricto sensu*.

Segundo Liguori, um passo posterior é realizado no *Caderno 7*, onde fica mais explícita a problemática do Estado:

A discussão sobre a força e o consenso demonstrou como está relativamente avançada na Itália a ciência política e como em seu tratamento, mesmo por parte de estadistas responsáveis, existe uma certa franqueza de expressão. Esta discussão é a discussão da 'filosofia da época', do motivo central da vida dos Estados no período do pós-guerra. Como reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante, aparelho que se desagregou em razão das consequências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, por que se desagregou? Talvez porque se tenha desenvolvido uma forte vontade política coletiva antagonista? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagonistas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato. O problema era reconstruir o aparelho hegemônico destes elementos antes passivos e apolíticos, e isto não podia acontecer sem a força: mas esta força não podia ser a 'legal', etc. Como em cada Estado o conjunto das relações sociais era diferente, diferentes deviam ser os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais. Quanto maior é a massa de apolíticos, tanto maior deve ser a contribuição das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso 'resguardar' o Estado legal, etc. (CC 7, § 80, v. 3, p. 264).

Segundo o verbete do *Dizionario Gramsci*, a referência mais madura ao conceito de aparelho hegemônico, no entanto, aparece no *Caderno 10*, § 12 (cf. LIGUORI & VOZA, p.46). Aqui, a ideia de aparelho hegemônico é articulada à uma concepção nova de ideologia. Um “aparelho” serve para criar um “novo terreno ideológico”, ao afirmar uma

“reforma filosófica”, uma “nova consciência do mundo”.

A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. (...) A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” (CC 10, §12, v.1, p.157-158).

Vemos aqui que a instalação de um aparelho hegemônico é equivalente a uma “reforma filosófica”: na medida em que cria um novo terreno ideológico, efetua uma reforma na consciência e nos métodos de conhecimento. Como ressalta Liguori, a luta entre diferentes hegemonias está aberta, mas o papel que joga o Estado na passagem do primeiro decênio do século XX está delineado em toda a sua centralidade.

Como aponta o DHCM, o termo “aparelho hegemônico” também aparece, em Gramsci, referido como a “estrutura material da superestrutura” (CC4, §12, v. 6; CC 11, § 29, v.1), como “complexo de trincheiras e defesas”, como “estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou, mais extensamente, como “organização material com o propósito de manter, defender e desenvolver o “‘front’ teórico ideológico” (DHCM, p.304).

O aparelho hegemônico e seus intérpretes

Vejamos agora como alguns dos melhores intérpretes de Gramsci analisaram a questão dos aparelhos privados de hegemonia, começando por aquela que foi uma obra pioneira em trazer à tona a importância desse conceito: *Gramsci e o Estado*, de Christinne Buci-Glucksmann (1975). Segundo Guido Liguori (2007, p. 211), o debate levantado por Buci-Glucksmann e outros autores promoveram um salto de qualidade no debate sobre hegemonia nos anos 1970.

Ela também assinala a incompatibilidade entre hegemonia e “legitimidade” entendida de forma weberiana, escrevendo que “Gramsci evita os tropeços de um institucionalismo à la Weber (primado das instituições sobre as práticas), pois o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes” (Idem, p. 70).

Buci-Glucksmann defende que o conjunto dos aparelhos privados, através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendido de forma descolada ou oposta à sociedade política (os aparelhos

militares e burocráticos de dominação e de coerção). E mostra que, embora o conceito de aparelho de hegemonia apareça, em algumas passagens, igualado a “estrutura ideológica da classe”, Gramsci não reduzia seu papel a uma mera difusão de ideologia descolada da “base”, da mesma forma como seu conceito de hegemonia ultrapassava o de ideologia (fosse como “falsa consciência” ou como conjunto de ideias).

A autora afirma que a constituição do aparelho hegemônico, em Gramsci, não se reduz ao momento cultural e nem à função dos intelectuais, e liga a análise que Gramsci fez do *Risorgimento* italiano com o surgimento do conceito de aparelho hegemônico. Em suas palavras, “é a partir de uma abordagem historicamente diferenciada dos aparelhos de hegemonia que Gramsci procede” (Idem, p. 77), no caso, da análise da revolução passiva (revolução sem jacobinismo). Aqui, a burguesia não consegue instaurar uma hegemonia nova, que permita aos subalternos certa liberdade de organização, pois não consegue atingir um consenso ativo, mas apenas passivo. As condições para uma classe se tornar hegemônica são econômicas, políticas e culturais, em conjunto (cf. Idem, p. 86-88).

Também para Gianni Francioni, autor de uma das mais detalhadas pesquisas que se preocuparam em entender e evidenciar a evolução interna na obra de Gramsci, já nos anos 1980, o conceito de aparelho hegemônico é essencial para se compreender completamente o conceito de hegemonia e precisar seu significado. Tanto como não existe, nos *Cadernos*, hegemonia sem crise de hegemonia, também não existe hegemonia sem aparelho de hegemonia (cf. FRANCONI, 1984, p. 176).

Para Francioni, “um aparelho hegemônico pode ser definido como qualquer instituição, espaço ou agente que organize, medie e confirme a hegemonia de uma classe sobre outras” (Idem, p. 175). Francioni entende que a importância crescente dos aparelhos hegemônicos pode se expressar em uma crescente subalternidade de “muitos” em relação a “poucos”. De acordo com Francioni, entretanto, é provável que o conceito de “estrutura material da ideologia”, correlato ao de aparelho hegemônico, representasse para Gramsci apenas uma formulação muito inicial e provisória, portanto insatisfatória (cf. Idem, p. 179).

Francioni procura mostrar que, se é verdade que em toda a primeira fase dos trabalhos do cárcere, a atenção de Gramsci é voltada para a problemática da construção e da expansão da classe burguesa, a problemática da hegemonia não se restringe à análise da burguesia, mas da constituição da classe em geral (cf. Idem, p. 177). Com o conceito de aparelho hegemônico, no entanto, é diferente: somente na segunda escritura ele será

plenamente integrado ao conceito de hegemonia. Hegemonia e aparelho hegemônico aparecerão agora incluídos, como elementos essenciais, na problemática do Estado (cf. Idem, p. 178).

Uma redefinição da concepção de superestrutura e do conceito de ideologia aparece na primeira das três séries das notas de filosofia (*Cadernos 4, 7 e 8*), escritas em maio de 1930. Através do conceito de aparelho hegemônico delineado no primeiro caderno, Gramsci adentra no problema das ideologias, que define como um problema crucial do materialismo histórico. O combate entre hegemonias distintas não é, entretanto, apenas um confronto entre ideologias. Gramsci nota como certas formas de instrumento técnico são, ao mesmo tempo, estrutura e superestrutura, como no caso da indústria tipográfica, que, nas palavras do marxista sardo, havia atingido uma importância inaudita (cf. Idem, p. 179).

O grande pioneiro nos estudos de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, destacou em seu estudo do pensamento político de Gramsci o fato de que os aparelhos privados de hegemonia são organismos coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Esse, segundo ele, é o principal elemento que afasta a noção gramsciana de APH do conceito althusseriano de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), no que estamos de acordo com Coutinho.

Coutinho vê os aparelhos privados de hegemonia gramscianos como uma espécie de reedição das corporações em Hegel, adicionada à dimensão contratualista presente em Rousseau. Por um lado, Gramsci teria recolhido de Hegel a ideia de que as vontades são determinadas no nível dos interesses materiais e econômicos, passando por um processo de universalização que leva à formação de “sujeitos coletivos”. Por outro lado, na medida em que Gramsci entende como “consensual” a adesão a tais “aparelhos de hegemonia”, colocando-os no seio do Estado “ampliado”, o marxista sardo teria introduzido uma “dimensão contratual” no coração da esfera pública, retomando uma noção rousseauiana abandonada por Hegel (cf. COUTINHO, 2014:248-9)⁵.

Essa interpretação está intimamente ligada à concepção de Coutinho sobre a sociedade civil, na qual é nítida certa positividade. Essa tendência à positividade da sociedade civil na leitura “hegemônica” de Gramsci foi muito bem criticada por Alvaro

⁵ Essa aproximação que Coutinho faz da concepção gramsciana de aparelho de hegemonia da base contratualista de Rousseau nos parece questionável, na medida em que o autor parece assim negligenciar que, mesmo dentro dos aparelhos de adesão voluntária, estamos tratando de uma relação geral de *dominação*, na qual essa adesão é condicionada, e não livre, como pressupõe o contratualismo.

Bianchi em *O Laboratório de Gramsci* (2008), livro no qual o autor destaca, em seu comentário sobre os aparelhos de hegemonia, que

Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outros. Este alerta se justifica na medida em que, no vocabulário político hodierno, um conceito tocquevilliano de sociedade civil tornou-se preponderante. Neste conceito, sociedade civil passou a significar um conjunto de associações situadas fora da esfera estatal, indiferenciadas e potencialmente progressistas, agentes da transformação social e portadoras de interesses universais não contraditórios (BIANCHI, 2008, p. 179).

De forma semelhante, Guido Liguori, em seus incontornáveis *Roteiros para Gramsci*, havia destacado a conexão entre o conceito de Estado integral e o de aparelhos privados de hegemonia:

A sociedade civil é entendida como conjunto de “organizações ditas privadas”. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, (“organismos designados vulgarmente como 'privados'”) e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas [...] ou do advérbio 'vulgarmente' [...] assim como a expressão “ditas”, que precede “privadas”, são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, **tais aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado** e, portanto, nos permitem falar de “Estado ampliado” (LIGUORI, 2007, p. 21).

The Gramscian Moment, de Peter Thomas (2009), segue de perto a interpretação de Buci-Glucksmann no que diz respeito à importância dos aparelhos hegemônicos na constituição da classe. Para Buci-Glucksmann, o aparelho de hegemonia é “um conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’)” que “só encontra sua unificação através da análise da *expansão* de uma classe” (BUCI-GLUKSMANN, 1975, p. 70). Para Peter Thomas, teríamos em Gramsci não a noção de *um* aparelho hegemônico, no singular, mas de *aparelhos hegemônicos*, no plural – toda uma série de aparelhos hegemônicos que se relacionam e se unificam no nível político pela capacidade dos elementos de um grupo ou classe social particular fazerem a “tradução” entre diferentes práticas hegemônicas entre diferentes campos da sociedade. Para o autor, enquanto o conceito de Estado integral procura delinear as formas e modalidades pelas quais uma classe estabiliza e torna mais ou menos durável seu poder político-institucional na sociedade política, o conceito de um “aparelho hegemônico” tenta mapear os modos pelos quais ela ascende ao poder através de uma “intrincada rede de relações sociais na sociedade civil” (Idem, p. 224-225).

Importante destacar que se trata de um processo que não ocorre de uma vez por todas, ao contrário, é preciso ser repetido cotidianamente se um projeto de classe quer

permanecer capaz de se reproduzir no poder institucional. O aparelho hegemônico de classe constitui “o horizonte dentro do qual um projeto de classe é elaborado e dentro do qual ela procura interpelar e integrar seus antagonistas”. Ainda segundo Thomas, o conceito gramsciano de aparelho hegemônico pode ser compreendido como uma “tradução realista” dos temas que têm sido mais recentemente tratados na tese do “biopoder” e da “biopolítica” (tese de Foucault que, segundo ele, era marcada por uma concepção que obscurece a natureza específica do poder de classe) (cf. Idem, p. 225)⁶.

O interessante do conceito de aparelho hegemônico, segundo Thomas, é que ele atravessa as fronteiras do chamado público (pertencente ao Estado) e privado (sociedade civil), para incluir “todas as iniciativas pelas quais uma classe concretiza seu projeto hegemônico num sentido integral” (Idem, p. 226). Em termos poulantzianos, esses aparelhos são a “condensação material de uma relação de forças” dentro de uma classe ou aliança de classes que permite a ela confrontar o seu antagonista num nível propriamente político (cf. Idem, p. 226). O poder político é concebido em sentido específico: a capacidade que uma classe desenvolve para *agir como uma classe* em relação às demais classes, o que pressupõe uma determinada habilidade das iniciativas de uma classe na sociedade política ligar-se adequadamente a sua “base social” na sociedade civil. O potencial de uma classe para o poder político, assim, depende de sua habilidade para encontrar as formas institucionais adequadas a seu projeto hegemônico particular (cf. Idem, p. 226).

Nesses termos, Thomas entende que, para Gramsci, o poder político é imanente não apenas ao Estado como uma condensação de relações de poder (relações entre classes), como foi para Poulantzas, antes, é imanente aos projetos hegemônicos por meio dos quais as classes *se constituem como tais* (relações intra-classes), e podem se tornar ou não capazes de exercer poder político – isto é, quando deixam de ser uma massa incoerente de interesses corporativos confinados no terreno da sociedade civil (cf. Idem, p. 226-227).

O conceito de aparelho privado de hegemonia na pesquisa histórica

As formulações teóricas de Gramsci sobre os aparelhos de hegemonia decorreram de

⁶ A tese da biopolítica está desenvolvida em Foucault, 2008.

sua própria pesquisa histórica. Foi analisando a política francesa pós-1870 que Gramsci notou como as mais importantes iniciativas não emergiram de organismos políticos que eram baseados no voto, mas de organismos privados ou relativamente desconhecidos escritórios da alta burocracia. Disso ele concluiu, àquela altura, que “o conceito comum de Estado é unilateral e leva a graves erros”, daí a necessidade de entender aparelhos privados de hegemonia, ou “sociedade civil”, como parte do Estado (CC 6, § 137).

O estudo do papel dos intelectuais na formação do Estado nacional italiano também levou o marxista sardo a essa conclusão. Afinal, naquele processo histórico – diferente do francês – os elementos políticos moderados foram capazes de estabelecer o aparelho (aqui, Gramsci equivale “aparelho” a “mecanismo”) de sua “hegemonia política, moral e intelectual”. Para tanto, se valeram principalmente da iniciativa individual, “molecular”, “privada” – ao invés, por exemplo, de um programa partidário formal, elaborado e constituído anteriormente à prática e ação organizativa (CC 19, § 24).

Outro ponto digno de nota é a análise de Gramsci, no seu *Caderno 22*, de 1934, intitulado *Americanismo e Fordismo*, e nos Cadernos miscelâneos correlatos, sobre o *Rotary Club*. Como se sabe, em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci analisou a particular combinação entre força e persuasão no solo americano, que combinava as condições históricas para o surgimento de uma produção completamente “racionalizada”, a qual ensejava a busca pela formatação de um modo de vida e um tipo social a ela adequado. Tendo utilizado diversas fontes da imprensa sobre esse organismo, ele escreveu que

parece que seu programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um *serviço* social”; ou, mais precisamente, “são e podem ser um negócio na medida em que são um “serviço” (CC 5, §2, v. 4, p. 295).

Gramsci chama atenção para o fato de que o *Rotary* organizou uma campanha de notável importância nos Estados Unidos do início do século: a campanha pelo *open shop* – a prática empresarial de contratar exclusivamente empregados não-sindicalizados. Uma das principais reivindicações do movimento operário nos Estados Unidos era o estabelecimento por lei do *closed shop*, obrigando os capitalistas a contratarem trabalhadores sindicalizados. Inexiste, em Gramsci, uma pesquisa mais extensiva sobre o tema, mas fica indicado, ainda que indiretamente, o papel desse organismo no processo de formação da classe dominante nos Estados Unidos e na correlação de forças entre as classes.

Citando um trecho de um rotariano publicado numa revista italiana, Gramsci notou, no *Caderno 5*, datado de 1930-1932, a importância de entender essa “nova figura do homem de negócios que sabe associar, em todas as atividades profissionais, industriais e comerciais, seu interesse pessoal com o interesse geral” (CC 5, §2, v. 4, p. 297). Cita também um artigo publicado no *Corriere della Sera* de 22 de junho de 1928, que dizia que o *Rotary* estava entre “as instituições internacionais que visam, ainda que pela via da negociação, à solução dos problemas econômicos e industriais comuns” (Idem). A questão da ação política da classe dominante e da ideia precoce de forjar instituições internacionais que lidassem com os “problemas econômicos e industriais comuns” entre os países capitalistas é explicitamente indicada.

Gramsci nos traz aqui uma análise histórica primorosa sobre o papel de um aparelho privado de hegemonia, embora, curiosamente, não tenha usado esse termo para se referir a ele. Entendendo o *Rotary* como um aparelho difusor do americanismo e como uma organização que “não se quer nem confessional, nem maçônica”, Gramsci distinguiu o caráter dessa entidade afirmando que “o *Rotary* é organização das classes altas e só se dirige ao povo indiretamente. É um tipo de organização essencialmente moderna” (Idem, p. 298).

Essa distinção que Gramsci traz nos parece bastante útil para a pesquisa histórica de aparelhos privados de hegemonia. A quem ele se dirige, que base social organiza, quais objetivos se propõe, eis questões primordiais na análise de um APH. Algumas perguntas iniciais são fundamentais na análise de qualquer APH. Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para a própria classe dominante? Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para uma atuação política voltada para as grandes massas? Ou ainda, trata-se de um APH forjado pela classe trabalhadora e seus aliados, que eventualmente se converteu em APH funcional para a dominação burguesa?

É particularmente nesse último sentido que a pesquisa de Virgínia Fontes tem muito a iluminar. Os APHs são um tema central de seu mais recente livro, *O Brasil e o capital-imperialismo*. Entendendo os APHs como atravessados pela luta de classes, Fontes afirma que seu ponto fulcral

remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o

momento eticopolítico da contra-hegemonia (FONTES, 2010, p. 133).

Partindo dessa concepção, a historiadora desenvolverá uma chave interpretativa não apenas para o papel diferencial dos APHs na constituição daquilo que ela chamou de “capital-imperialismo”, como também para a “conversão mercantil-filantrópica” em massa de ONGs no Brasil recente – entre elas, algumas que surgem das lutas operárias, camponesas, estudantis, etc., e se tornam esteios da dominação burguesa ao abraçar os pressupostos do capital-imperialismo⁷. Valorizando a contribuição pioneira de René Dreifuss na temática, mas indo além, Fontes traça um mapa ilustrativo dos diversos tipos de APHs brasileiros das últimas quatro décadas, relacionando o florescimento e expansão dos mesmos com a dinâmica da luta de classes e da inserção do Brasil no sistema internacional.

Fontes chama atenção para o fato de que muitos dos APHs, como jornais e partidos, se apresentam como totalmente descolados da organização econômica e política, como desconectados de interesses de classe, seja como porta-vozes de uma unidade nacional ou de uma neutralidade informativa, e isso é um dos elementos que podemos aferir como uma diferença específica (se compararmos, por exemplo, com associações de caráter econômico-corporativo) (cf. FONTES, 2010, p. 134). Trata-se de um alerta metodológico elementar a qualquer pesquisador que esteja interessado no procedimento científico de criticar as fontes das quais se serve.

A análise teórica e histórica de Fontes também nos abre um caminho interessante para pensar em aparelhos privados de hegemonia que se constituem cada vez mais no plano internacional, especialmente com a ideia de “frentes móveis de ação internacional”.

O que Gramsci analisou para os Estados Unidos e a Europa de seu tempo, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, se tornaria a **forma cosmopolita por excelência da política do capital**, organizada tanto nos diferentes planos nacionais quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras **frentes móveis de ação internacional** se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa (FONTES, 2010, p. 309).

Muito próxima à problemática de Fontes sobre a sociedade civil, e compartilhando da interpretação de Bianchi, a historiadora Sônia Regina de Mendonça desenvolveu um

⁷ Capital-imperialismo, em síntese, seria a forma que a internacionalização do capital adquiriu, não somente em termos econômicos, mas também políticos, sociais e culturais, após a Segunda Guerra Mundial; o capital-imperialismo, como destaca a autora, conta com um arcabouço de aparelhos privados de hegemonia para seu funcionamento, para a criação de uma atuação política burguesa cosmopolita (FONTES, 2010).

método de pesquisa com base no conceito de Estado integral ou ampliado, chamando atenção para ambas as direções da relação entre o Estado *strictu sensu* e os APHs. Em seu método, é necessário olhar tanto para a imbricação da classe no Estado, via APH, quanto o reforço que o Estado faz do próprio APH. Em seu extenso trabalho sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Mendonça articula essas duas direções desses APHs, localizando precisamente a quais setores de classe elas estão ligadas, quais suas relações com a sociedade política ou Estado *strictu sensu*, e que iniciativas desenvolveram ao longo de sua história de modo a conquistar consentimento para seus projetos (cf. MENDONÇA, 2010). Com esses apontamentos, procuramos aprofundar o entendimento do conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia, que se revela tão útil na pesquisa histórica.

Seguindo as premissas metodológicas e este entendimento de Aparelho Privado de Hegemonia, uma geração de pesquisadores vêm desenvolvendo pesquisas específicas sobre atuação de APHs no Brasil contemporâneo. Sem a pretensão de fazer um levantamento sistemático, podemos destacar a pesquisa de Rodrigo Lamosa sobre os APHs da Educação, especialmente o Movimento Todos pela Educação (MTPE) (cf. LAMOSA, 2018); o trabalho de Elaine Bortone sobre o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) (cf. BORTONE, 2018), que avança sobre os trabalhos de Dreifuss sobre este importantíssimo APH criado em 1962 e atuante no golpe de 1964; a tese do historiador André Guiot sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) criado durante o governo Lula, em 2008 (cf. GUIOT, 2014); a tese do historiador Flávio Casimiro Calheiros sobre o punhado de APHs por ele classificados como parte da “nova direita” desde os anos 1980 (cf. CALHEIROS CASIMIRO, 2018). Isto para ficarmos apenas em uma amostragem bastante incompleta, exigindo um levantamento mais sistemático em outro espaço.

A quantidade de aparelhos privados de hegemonia atuantes no mundo contemporâneo é imensa e demanda cada vez mais estudos sobre as formas com as quais estes atuam tanto na sociedade civil como na sociedade política. O uso do conceito de Aparelho Privado de Hegemonia calcado na obra de Gramsci revela-se altamente profícuo. Parte essencial na compreensão de como funciona a dominação de classe é destrinchar como funciona o *aparato egemonico* sobre o qual Gramsci nos alertava ainda nos anos 1930.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALHEIROS CASIMIRO, Flávio Henrique. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão popular, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [1999].
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/UFRJ: 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina Gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GUIOT, André Pereira. *Dominação burguesa no Brasil: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HAUG, W.F. et al. *Historical-critical Dictionary of Marxism*. Historical Materialism 17, 2009. (disponível em: <http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/HKWM-Hegemonic-Apparatus.pdf>).
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas*. Curitiba: Appris, 2016.
- LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci Editore, 2009.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.
- _____ & ANDRADE DE PAULA, Dilma (orgs). *Sociedade civil*. Ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- _____. *O patronato rural no Brasil recente. 1964-1993*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.
- THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Philosophy, hegemony and marxism*. Leiden/Boston: Brill, 2009.

Recebido em 03 de outubro de 2019

Aprovado em 17 de novembro de 2019

Editado em 15 de dezembro de 2019